

Linguagem Jurídica

1. Leia o poema:

Poema dos olhos da amada

1 Ó minha amada
2 Que os olhos teus
3 São cais noturnos
4 Cheios de adeus
5 São docas mansas
6 Trilhando luzes
7 Que brilham longe
8 Longe nos breus
9 ó minha amada
10 Que olhos os teus
11 Quanto mistério
12 Nos olhos teus
13 Quantos saveiros
14 Quantos navios
15 Quantos naufrágios
16 Nos olhos teus ...
VINICIUS DE MORAIS

A invocação da amada (v.1), a associação dos olhos com o cais (v.2 e 3), a qualidade atribuída às docas (v.5) e a repetição do vocábulo quantos (v.13, 14 e 15) compõem respectivamente as seguintes figuras de linguagem:

- a) apóstrofe; metáfora; prosopopeia; anáfora.
- b) paradoxo; catacrese; metonímia; polissíndeto.
- c) eufemismo; metáfora, personificação; aliteração.
- d) apóstrofe; comparação; personificação; pleonasma

2. Ninguém coça as costas da cadeira.

Ninguém chupa a manga da camisa. [...]

(José Paulo Paes)

Na composição do excerto, o poeta emprega termos figurados por falta de palavras mais apropriadas. A figura de linguagem em questão é a:

- a) catacrese.
- b) sinestesia.
- c) metáfora.
- d) metonímia.

As questões 03 a 05 tomarão por base o seguinte texto:

Que se perdoe o exagero da frase: o Fla-Flu começou no Recife. Sim, é bem verdade que a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é criada do Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, em um domingo de julho de 1912. Mas o verdadeiro Fla-Flu, não. O clássico como é hoje, com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen, veio à luz na capital pernambucana. E, feito uma partida, teve dois tempos: o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho; e o segundo justamente em 1912, quando Nelson Rodrigues saiu do ventre de sua mãe. As impressões digitais deixadas pelos irmãos nas teclas de suas máquinas de escrever criaram o imaginário do clássico que completa 100

anos neste sábado. O Fla-Flu teria outra dimensão sem eles. (Alexandre Aliati. 'O Fla-Flu como ele é: Mário Filho e Nelson Rodrigues eternizam clássico'. globoesporte.com - 06/07/2012.)

3. Ao começar seu texto pedindo perdão pelo exagero, o redator se utiliza de

- A) uma licença poética que só é possível em texto literários e jornalísticos escritos em língua padrão.
- B) um recurso estilístico que permite usar um argumento inesperado como forma de introdução de um texto.
- C) uma figura de linguagem chamada hipérbole, a qual sempre se baseia em ideias de exagero expressivo.
- D) um diálogo imaginário com o leitor a fim de criar nele uma reação inicial de estranheza ou desconfiança.

4. Para o autor do texto, a mística do Fla-Flu

- A) foi construída ao longo de 100 anos de confrontos memoráveis entre os dois grandes rivais.
- B) teve uma participação direta no prestígio dos dois jornalistas pernambucanos.
- C) ganhou a dimensão que ganhou porque os dois irmãos construíram seu imaginário.
- D) recebeu as impressões digitais das teclas das máquinas de escrever desses dois torcedores ilustres.

5. A função metalinguística está presente na seguinte passagem do texto:

- A) (...) com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen.
- B) (...) o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho.
- C) (...) criaram o imaginário do clássico que completa 100 anos neste sábado.
- D) (...) a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é criada do Rio de Janeiro.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

6. Todo caminho da gente é resvaloso.

Mas também, cair não prejudica demais

A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:

Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,

Sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da alegria,

E ainda mais alegre no meio da tristeza...

(ROSA, J.G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.)

De acordo com o fragmento do poema acima, de Guimarães Rosa, a vida é

- A) uma queda que provoca tristeza e inquietude prolongada.
- B) um caminhar de percalços e dificuldades insuperáveis.
- C) um ir e vir de altos e baixos que requer alegria perene e coragem.

D) um caminho incerto, obscuro e desanimador.

7. A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado a noção de corresponsabilidade e a de complementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a troca de conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências. De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucional dessas organizações, inclusive das fundações empresariais, é recente e foi intensificado a partir da década de 90.

(BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).)

De acordo com o texto, o terceiro setor

A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.

B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.

C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.

D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

8. Uma revista lançou a seguinte pergunta em um editorial: “Você pagaria um ladrão para invadir sua casa?”. As pessoas mais espertas diriam provavelmente que não, mas companhias inteligentes de tecnologia estão, cada vez mais, dizendo que sim. Empresas como a Google oferecem recompensas para hackers que consigam encontrar maneiras de entrar em seus softwares. Essas companhias frequentemente pagam milhares de dólares pela descoberta de apenas um bug – o suficiente para que a caça a bugs possa fornecer uma renda significativa. As empresas envolvidas dizem que os programas de recompensa tornam seus produtos mais seguros. “Nós recebemos mais relatos de bugs, o que significa que temos mais correções, o que significa uma melhor experiência para nossos usuários”, afirmou o gerente de programa de segurança de uma empresa. Mas os programas não estão livres de controvérsias. Algumas empresas acreditam que as recompensas devem apenas ser usadas para pegar cibercriminosos, não para encorajar as pessoas a encontrar as falhas.

E também há a questão de double-dipping – a possibilidade de um hacker receber um prêmio por ter achado a vulnerabilidade e, então, vender a informação sobre o mesmo bug para compradores maliciosos.

Disponível em: <<http://pcworld.uol.com.br>>.

Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

Considerando o texto acima, infere-se que

A) os caçadores de falhas testam os softwares, checam os sistemas e previnem os erros antes que eles aconteçam e, depois, revelam as falhas a compradores criminosos.

B) os caçadores de falhas agem de acordo com princípios éticos consagrados no mundo empresarial, decorrentes do estímulo à livre concorrência comercial.

C) a maneira como as empresas de tecnologia lidam com a prevenção contra ataques dos cibercriminosos é uma estratégia muito bem-sucedida.

D) os usuários de serviços de empresas de tecnologia são beneficiários diretos dos trabalhos desenvolvidos pelos caçadores de falhas contratados e premiados pelas empresas.

9. De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado.

(Disponível em: <www.significados.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).)

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.

II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.

III. Atinge as relações e condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

10. Uma sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e conseqüente da cidadania, com a distribuição equitativa das riquezas e em condições dignas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos e a todas os direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer

com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena.

(TAVARES, E. M. F. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013 (adaptado).)

Nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os princípios que fundamentam uma sociedade sustentável exigem a adoção de políticas públicas que entram em choque com velhos pressupostos capitalistas.

PORQUE

II. O crescimento econômico e a industrialização, na visão tradicional, são entendidos como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando-se o caráter finito dos recursos naturais e privilegiando-se a exploração da força de trabalho na acumulação de capital.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Direito Constitucional

11. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) I, II e IV, apenas

12. O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos

constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

- a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.
- b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.
- c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: "É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias".
- d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

13. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Poder Constituinte formal é aquele que se refere a auto-organização do Estado.
- b) O Poder Constituinte Derivado também pode ser denominado como um Poder Constituinte Limitado.
- c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado.
- d) Uma das características do Poder Constituinte Derivado é ele ser condicionado.

14. De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituições pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

- a) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen
- b) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.
- c) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle, Hans Kelsen e Carl Schmitt.

15. Considere as seguintes normas constitucionais:

- I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador,

salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

16. Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

A) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

B) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

C) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

D) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

17. Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

B) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.

C) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.

D) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.

18. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:

a) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar

a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.

b) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.

d) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.

19. Considerando o disposto na CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á primeiramente, entre os remanescentes, o mais idoso.

b) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

c) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.

d) Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco.

20. Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, conforme disposto na Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico-constitucional admite o direito de secessão ao ente federativo.

b) A União pode intervir diretamente nos municípios situados no âmbito territorial dos estados-membros da Federação.

c) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre recursos minerais, jazidas, minas, direito ambiental e direito agrário.

d) Insere-se no âmbito de competência exclusiva da União a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Filosofia

21. Pensamento, conhecimento, realidade e linguagem, segundo estudado no início da disciplina, compõe um todo.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I - O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II - A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

III - O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

IV - A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

- A) I e IV
- B) I e III
- C) II e III
- D) III e IV

22. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I - O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

II - O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

III - O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

IV - O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

- A) I e IV
- B) II e IV
- C) I e III
- D) II e IV.

23. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

I - Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.

II - Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.

III - Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.

IV - Concluem a teoria dos quatro elementos fundamentais da natureza e do átomo.

São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II e IV
- D) III e IV

24. A Idade Média é marcada por um pensamento de matriz religiosa cristã, como sabemos. Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino são dois

grandes pensadores sempre lembrados quando nos remetemos à da filosofia desta época.

Avalie as seguintes considerações:

I - Ambos afirmam a autonomia absoluta do Sagrado, da fé, e descartam saber humano.

II - Ambos afirmam a autonomia do conhecimento humano, a filosofia, e relativizam o sagrado.

III - Agostinho valoriza a filosofia grega de Platão no estudo da fé, interpretação da Bíblia.

IV - Tomás valoriza a filosofia de Aristóteles na interpretação da Bíblia e afirmação da existência de Deus.

São verdadeiras as afirmações:

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I e III
- d) III e IV

25. O iluminismo, movimento intelectual que se tornou referência e auge da modernidade, mostra-se particularmente interessante ao estudante da área jurídica por quê:

I - Fundamenta na racionalidade a cidadania, as questões sociais e jurídicas.

II - Exalta os direitos individuais, a dignidade e a igualdade dos indivíduos humanos.

III - Fundamenta na fé o imprescindível lugar do sagrado no avanço das leis.

IV - Proclama um futuro de desafios e dificuldades gerados pelo excesso de racionalismo.

São pertinentes as afirmações:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II e IV
- D) III e IV

Direito Civil

26. Flávia, divorciada, dezessete anos de idade, celebra um contrato de locação de um imóvel de sua propriedade, sem a assistência de seus pais. Pode-se afirmar que o contrato é:

a) Nulo em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.

b) Anulável em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.

c) Anulável, pois Flávia é relativamente incapaz.

d) Válido, pois Flávia está emancipada.

27. Danilo celebrou contrato por instrumento particular com Sandro, por meio do qual aquele prometera que seu irmão, Reinaldo, famoso cantor popular, concederia uma entrevista exclusiva ao programa de rádio apresentado por Sandro, no domingo seguinte. Em contrapartida, caberia a Sandro efetuar o pagamento a Danilo de certa soma em dinheiro. Todavia, chegada a hora do programa, Reinaldo não compareceu à rádio. Dias depois, Danilo procurou Sandro, a fim de cobrar a quantia contratualmente prevista, ao argumento de que, embora não tenha obtido êxito, envidara todos os esforços no sentido de convencer o seu

irmão a comparecer. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Sandro

- A) não está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de resultado, sendo, ainda, autorizado a Sandro obter ressarcimento por perdas e danos de Danilo.
- B) não está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, por ser o contrato nulo, tendo em vista que Reinaldo não é parte contratante.
- C) está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de meio, restando a Sandro o direito de cobrar perdas e danos diretamente de Reinaldo.
- D) está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de meio, sendo incabível a cobrança de perdas e danos de Reinaldo.

28. Sônia, maior e capaz, decide doar, por instrumento particular, certa quantia em dinheiro em favor de seu sobrinho, Fernando, maior e capaz, caso ele venha a se casar com Leila. Sônia faz constar, ainda, cláusula de irrevogabilidade da doação por eventual ingratidão de seu sobrinho. Fernando, por sua vez, aceita formalmente a doação e, poucos meses depois, casa-se com Leila, conforme estipulado. No dia seguinte ao casamento, ao procurar sua tia para receber a quantia estabelecida, Fernando deflagra uma discussão com Sônia e lhe dirige grave ofensa física. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Fernando;

- A) não deve receber a quantia em dinheiro, tendo em vista que a doação é nula, pois deveria ter sido realizada por escritura pública.
- B) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de o instrumento de doação prever cláusula de irrevogabilidade por eventual ingratidão.
- C) não deve receber a quantia em dinheiro, pois dirigiu grave ofensa física à sua tia Sônia.
- D) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de ter se casado com Leila e independentemente de ter dirigido grave ofensa física a Sônia.

29. Em relação aos direitos da personalidade é CORRETO afirmar que:

- a) Havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é possível reclamar perdas e danos, tendo em vista que os direitos da personalidade são intransmissíveis.
- b) É permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou científico, para depois da morte, sendo tal ato de disposição revogável a qualquer tempo.
- c) Como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.
- d) A proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

30. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

- a) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for divisível.
- b) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- d) Os prazos prescricionais podem ser alterados, desde que seja convencionado pelas partes.

31. Em relação à posse e à propriedade, assinale a opção correta.

- a) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- b) Por se tratar de bens distintos, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.
- c) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- d) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, exceto se acidentais.

32. Acerca do Direito das Coisas, avalie as assertivas abaixo:

I - Os interditos possessórios previstos em nosso ordenamento são a Ação de Reintegração de Posse, a Ação de Manutenção de Posse, o Interdito Proibitório e a Ação Reinvidicatória.

II - Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância, mas quando o detentor exerce poderes de fato sobre a coisa é considerado possuidor para todos os fins.

III - É de boa-fé a posse quando o possuidor, embora não ignore os vícios ou obstáculos que impedem a aquisição da coisa, está comprometido em sanar o vício ou remover os obstáculos em um prazo determinado.

IV - O direito à indenização por benfeitorias necessárias é devido ao possuidor de má-fé.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as assertivas I e IV.
- b) Apenas as assertivas II e III.
- c) Apenas a assertiva I.
- d) Apenas a assertiva IV.

33. Em relação à posse, é correto afirmar:

- a) duas ou mais pessoas podem, ao mesmo tempo, exercer poder físico de fato sobre a coisa, possuindo-a cada uma delas por inteiro;
- b) o compossuidor pode usar dos interditos até mesmo contra o seu consorte;
- c) o possuidor de má-fé responde pela deterioração da coisa, salvo se acidental;
- d) o possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos, mas sem o correspondente valor das despesas de conservação da coisa.

34. Assinale a opção incorreta.

a) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

b) O possuidor turbado ou esbulhado na posse, não poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, mesmo que o faça logo, pois os atos de defesa ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

c) A posse do imóvel faz presumir, até prova em contrário, a das coisas móveis que nele estiverem.

d) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

35. Para o direito pátrio, a posse

a) confunde-se com a detenção, pois em ambas existe a apreensão física da coisa.

b) é o exercício, de fato, dos poderes constitutivos da propriedade, de modo pleno ou não.

c) só poderá gerar usucapião se não for viciada em sua origem.

d) não se transfere aos herdeiros, pois é direito personalíssimo.

Direito Penal

36. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao FATO PENALMENTE RELEVANTE, com base nas assertivas de I a V:

I - Princípio da materialidade e Princípio da legalidade.

II - Princípio da legalidade e Princípio da intervenção mínima.

III – Princípio da ofensividade e Princípio da culpabilidade.

IV - Princípio da verdade real e Princípio da responsabilidade subjetiva.

V – Princípio da ultratividade e Princípio da retroatividade benéfica.

a) Nenhuma assertiva é verdadeira.

b) Todas as assertivas são verdadeiras.

c) Apenas uma assertiva é verdadeira.

d) Apenas três assertivas são falsas.

37. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

I – Responsabilidade Subjetiva.

II – Igualdade ou isonomia

III – Proibição da presunção de culpabilidade.

IV – Culpabilidade normativa.

V – Imputabilidade.

a) Nenhuma assertiva é verdadeira.

b) Todas as assertivas são verdadeiras.

c) Apenas uma assertiva é verdadeira.

d) Apenas três assertivas são falsas.

38. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada em regra pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

I - Inimputabilidade

II - Potencial conhecimento da licitude.

III - Medida da culpabilidade.

IV - Exigibilidade de conduta diversa.

V – Situação psicológica do sujeito.

a) As assertivas I e II são falsas.

b) A assertiva V é verdadeira.

c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.

d) A assertiva III é verdadeira.

39. A lei 7210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da condenação criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (art. 1). Como nítido no item 13 da respectiva exposição de motivos, tem-se aí, por inteiro, tributo à teoria da pena denominada.

A) retribuição moderna

B) retribuição taliônica

C) prevenção especial

D) mista ou eclética

40. Assinale a opção correta com referência à execução das penas em espécie:

A) A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização da saídas ao administrador do presídio.

B) Por falta de previsão legal, não configura falta grave o fato de o reeducando não se reapresentar ao estabelecimento penal, no fim do prazo da prisão temporária, por quase um mês, sem justificativa idônea;

C) Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família;

D) O benefício da permissão de saída não se estende aos presos provisórios, restringindo-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto, mediante a necessária autorização do juízo das execuções penais

41. Assinale a alternativa abaixo que traz um crime plurissubjetivo:

a) Homicídio;

b) Roubo;

c) Calúnia;

d) Rixa

42. João subtraiu um telefone celular, avaliado na quantia de R\$ 800,00, pertencente à Maria, para si, mediante grave ameaça, mantendo-a em seu poder, restringindo sua liberdade durante 2 horas, a fim de garantir o êxito da subtração. João deverá responder por:

a) roubo e sequestro, em concurso formal.

b) sequestro, já que este absorve o roubo.

c) roubo e sequestro, em concurso material.

d) roubo circunstanciado.

43. Marcos, querendo matar seu vizinho, faz um disparo em sua direção. No entanto, não chega nem a lesioná-lo. Marcos:

- a) não responderá por crime nenhum, pois nem chegou a atingir seu vizinho.
- b) responderá por homicídio tentado.
- c) responderá por tentativa de lesão corporal.
- d) responderá por crime de disparo de arma de fogo

44. Assinale a alternativa incorreta

- a) A perda de um olho proveniente de uma agressão dolosa configura o crime de lesão corporal grave;
- b) É possível tentativa no crime de calúnia;
- c) Só responde pelo crime de omissão de socorro o agente que antes da conduta omissiva, haja assumido o dever legal de impedir o resultado;
- d) Não se faz necessária autorização judicial para a realização do aborto em mulher cuja gestação seja proveniente de estupro.

45. Na hipótese de após ter subtraído a coisa, o agente se utiliza de violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para ele ou para terceiro, deverá responder por:

- a) Roubo impróprio
- b) Roubo circunstanciado
- c) Furto qualificado
- d) Furto simples em concurso com lesão corporal

Processo Civil

46. Os irmãos Rafael e Daniela são proprietários de um imóvel na Av. São Sebastião, n. 20. Eles realizaram um contrato de locação com Joana, estudante, por prazo indeterminado. Após três anos de vigência de contrato, devido aos grandes eventos internacionais na cidade, os irmãos propuseram uma ação revisional de aluguel, tendo em vista a valorização constatada na área em que fica o imóvel. A partir da hipótese sugerida, assinale a opção correta.

- A) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo unitário, uma vez que há solidariedade entre os irmãos, o que faz com que um deles, sozinho, possa ajuizar a ação, tendo a decisão efeito para ambos.
- B) Trata-se de litisconsórcio passivo multitudinário, pois a ação revisional, se procedente, alterará o valor da locação para todo e qualquer candidato à locação.
- C) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo simples, pois no lugar de uma única ação, cada irmão pode entrar com uma ação revisional diferente para atualizar o valor do imóvel, e as duas correrão normalmente, em separado.
- D) Trata-se de litisconsórcio ativo necessário unitário, uma vez que a lei assim o exige e a decisão do juiz será a mesma para os dois irmãos.

47. A respeito da relação entre a reconvenção e a ação na qual ela foi oferecida, assinale a afirmativa correta.

A) São ações autônomas e, por isso, a reconvenção não tem o seu prosseguimento obstado pela desistência da ação primitiva.

B) Em caso de extinção da demanda primitiva, sem resolução do mérito, a reconvenção não pode prosseguir, em razão da sua subordinação perante aquela.

C) A reconvenção, por seu caráter acessório, não deve ser conhecida, no caso de desistência da ação primitiva, mas terá prosseguimento nos outros casos de extinção sem resolução de mérito.

D) Em razão da prejudicialidade existente entre elas, a ação primitiva deve ser julgada em momento anterior à reconvenção.

48. A respeito do fenômeno processual do litisconsórcio, que consiste na pluralidade de sujeitos ocupando um ou ambos os polos da relação jurídica para litigar em conjunto no mesmo processo, assinale a afirmativa correta.

A) Não constitui fundamento para a formação de litisconsórcio a ocorrência de afinidade de questões por um ponto em comum de fato ou de direito.

B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

C) Na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis não se admitirá a formação de litisconsórcio como forma de prestigiar uma prestação jurisdicional mais célere e simplificada.

D) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

49. A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Art. 219 do Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.

A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.

B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes.

C) A citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz, devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu.

D) Em regra, a citação constitui o devedor em mora. Nada obstante, nos casos em que as obrigações não possuam termo certo, é possível constituir o devedor em mora por intermédio do envio de notificação judicial ou extrajudicial.

50. Lino ajuizou ação de cobrança pelo rito ordinário em face de Paulo, pleiteando o

pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Em contestação, Paulo alegou pagamento integral da dívida, juntando aos autos diversos recibos. Em resposta à peça de defesa, Lino arguiu a falsidade dos recibos apresentados por Paulo. Considerando as regras sobre a arguição de falsidade previstas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- A) Lino poderia arguir o incidente de falsidade em qualquer tempo, bem como o grau de jurisdição, por não haver preclusão.
- B) No incidente de falsidade instaurado, Paulo será dispensado de intimação para se manifestar, uma vez que o procedimento não está submetido ao contraditório.
- C) Será dispensado o exame pericial dos recibos juntados aos autos se Paulo concordar em retirá-los e Lino não se opuser ao desentranhamento.
- D) O incidente de falsidade suscitado por Lino será processado em apenso aos autos principais, uma vez que o Código de Processo Civil expressamente determina aplicação subsidiária do procedimento estabelecido às exceções de impedimento e suspeição.

51. O princípio da persuasão racional do juiz significa que:

- a) O juiz deve apreciar as questões de fato e de direito, julgando de acordo com o seu livre convencimento motivado;
- b) O juiz deve apreciar as provas de acordo com seu livre convencimento, sem observar o conjunto probatório dos autos;
- c) Deve o juiz atribuir às provas valor inalterável e prefixado;
- d) o juiz deve julgar exclusivamente com a sua razão, sem apresentar fundamentos fáticos e jurídicos.

52. É sabido que nosso ordenamento jurídico não permite a cobrança em juízo de dívida de jogo. A proibição de exigir em juízo dívida de jogo ocasionará

- a) a extinção do feito sem a análise de mérito.
- b) o julgamento conforme o estado do processo.
- c) o julgamento antecipado da lide.
- d) a improcedência da ação.

53. Quando falamos sobre o interesse de agir podemos classifica-lo como sendo um(a):

- a) Elemento da ação;
- b) Princípio processual;
- c) Requisito de legitimidade da parte;
- d) Condição da Ação.

54. Uma ação de separação judicial litigiosa é uma ação que pode ser classificada como:

- a) Constitutiva
- b) Cautelar
- c) Declaratória
- d) Executória

55. Podemos afirmar que os sujeitos elementares do processo são os seguintes:

- a) advogado, réu e autor;
- b) Ministério Público, advogado e juiz;
- c) Autor, Juiz e Réu;
- d) Juiz, Ministério Público e Advogado.

Direito do Trabalho

56. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, não é correto afirmar que:

- a) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, em virtude do princípio da isonomia, atingirão tanto os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento, quanto aqueles admitidos antes da modificação;
- b) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro;
- c) A licença-prêmio, na vigência do contrato de trabalho, não pode ser convertida em pecúnia, salvo se expressamente admitida a conversão no regulamento da empresa;
- d) Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.

57. Qual dos requisitos abaixo, considerando se tratar de empregado autônomo, impede o reconhecimento do vínculo empregatício:

- a) Pessoalidade.
- b) Continuidade.
- c) Subordinação.
- d) Onerosidade.

58. Assinale a alternativa que correlacione corretamente a definição de trabalhador autônomo, trabalhador avulso e trabalhador eventual.

- I. Aquele que, sindicalizado ou não, presta serviços sem vínculo empregatício a diversas empresas, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra.
- II. Pessoa física contratada apenas para trabalhar em certa ocasião específica, sem relação de emprego.
- III. Pessoa física que presta serviços com habitualidade, com continuidade, por conta própria, a uma ou mais de uma pessoa, assumindo os riscos da atividade econômica.

- a) () I autônomo, II avulso, III eventual.
- b) () I eventual, II avulso; III autônomo.
- c) () I eventual, II autônomo, III avulso.
- d) () I avulso, II eventual, III autônomo.

59. Na legislação trabalhista brasileira:

- a) As empresas, mesmo compondo um grupo econômico, desde que tenham, cada uma delas,

personalidade jurídica própria, não são, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis entre si.

b) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

c) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

d) Não é reconhecida a figura da solidariedade entre empresas, ainda que constituam um grupo econômico.

60. O contrato de experiência tem o prazo limite de:

- a) 1 ano;
- b) 60 dias improrrogáveis;
- c) Até 90 dias prorrogáveis por mais 30;
- d) Até 90 dias;

61. O novo prefeito de Tribobó do Oeste decidiu contratar quatro coveiros para o cemitério público da cidade, o que fez diretamente pelo regime celetista, sem a realização de concurso público. Após um ano de trabalho, os coveiros foram dispensados e ajuizaram reclamação trabalhista, postulando férias vencidas mais 1/3, aviso prévio, 13º salário e depósitos do FGTS, já que sempre receberam os salários em dia. Assinale a opção que contempla a(s) verba(s) de direito a que os coveiros efetivamente fazem jus.

- A) Todas as verbas indicadas, pois decorrem do contrato de trabalho celetista.
- B) Aviso prévio, 13º salário e FGTS, por terem efetivo cunho rescisório.
- C) Apenas os depósitos de FGTS.
- D) Apenas os depósitos de FGTS e férias vencidas mais 1/3, por ter o FGTS natureza salarial e as férias serem direito adquirido pelo ano trabalhado.

62. Quando surge motivo que torna impossível a continuação de contrato de trabalho, em razão de desídia do trabalhador, no desempenho de sua função, o empregador poderá aplicar ao empregado:

- a) suspensão;
- b) demissão sem justa causa;
- c) justa causa;
- d) advertência.

63. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a embriaguez do empregado:

- a) só admite a extinção do contrato de trabalho, por

justa causa, se este se embriagar habitualmente em serviço;

b) permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se a embriaguez for habitual ou em serviço;

c) não propicia a demissão por justa causa;

d) só permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se essa embriaguez ocorrer fora do serviço, independente de sua frequência.

64. Analise as assertivas e ao final responda.

I - As cláusulas denominadas *closed shop* (empresa fechada), *union shop* (empresa sindicalizada), *preferencial shop* (empresa preferencial) e *maintenance of membership* (manutenção de filiação), como cláusulas de segurança que são, têm plena validade em nosso ordenamento jurídico.

II - O empregado eleito para o cargo de administração sindical, que voluntariamente aceite a transferência para lugar que lhe dificulte o desempenho de suas atribuições sindicais, perde o mandato.

III - O art. 522 da CLT, que estipula sete, como número máximo de diretores do Sindicato, foi recepcionado pela CF/88.

IV - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade mesmo que exerça, na empresa, atividade não pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual tenha sido eleito dirigente.

V - A Convenção 98 da OIT, que trata do “direito de sindicalização e negociação coletiva”, vigora no Brasil desde a década de 1950.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) II, III e V;
- b) I, II e III;
- c) IV e V;
- d) I, IV e V.

65. Leia e analise os itens abaixo:

I - A adequação setorial negociada faz prevalecer as normas coletivas sobre as estatais em relação a direitos de indisponibilidade absoluta, quando estiver promovendo transação, e não renúncia a direitos.

II - A liberdade de associação sindical compreende uma dimensão positiva, ligada à livre vinculação ao sindicato, e uma negativa, ligada à prerrogativa de livre desfiliação, pela liberdade para manter-se associado, ambas com expressa previsão constitucional.

III - O princípio da isonomia fundamenta o direito de sindicalização dos servidores públicos, nas mesmas condições asseguradas aos trabalhadores do setor privado, sendo injustificadas quaisquer restrições.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c) apenas as assertivas I e III estão corretas;
- d) apenas a assertiva II está correta

Processo Penal

66. Na cidade “A”, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do parquet, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita. Nessa situação, o Promotor deverá:

- A) arquivar os autos.
- B) oferecer denúncia.
- C) determinar a baixa dos autos.
- D) requerer o arquivamento.

67. Um professor na aula de Processo Penal esclarece a um aluno que o Ministério Público, após ingressar com a ação penal, não poderá desistir dela, conforme expressa previsão do Art. 42 do CPP. O professor estava explicando ao aluno o princípio da:

- A) indivisibilidade.
- B) obrigatoriedade.
- C) indisponibilidade.
- D) intranscendência.

68. Tendo como base o instituto da ação penal, assinale a afirmativa correta.

- A) Na ação penal privada vigora o princípio da oportunidade ou conveniência.
- B) A ação penal privada subsidiária da pública fere dispositivo constitucional que atribui ao Ministério Público o direito exclusivo de iniciar a ação pública.
- C) Como o Código Penal é silente no tocante à natureza da ação penal no crime de lesão corporal culposa, verifica-se que a referida infração será de ação penal pública incondicionada.
- D) A legitimidade para ajuizamento da queixa-crime na ação penal exclusivamente privada (ou propriamente dita) é unicamente do ofendido.

69. Paulo reside na cidade “Y” e lá resolveu falsificar seu passaporte. Após a falsificação, pegou sua moto e viajou até a cidade “Z” com o intuito de chegar ao Paraguai. Passou pela cidade “W” e pela cidade “K”, onde foi parado pela Polícia Militar. Paulo se identificou ao policial usando o documento falsificado e este, percebendo a fraude, encami-nhou Paulo à delegacia. O Parquet denunciou Paulo pela prática do crime de uso de documento falso. Assinale a afirmativa que indica o órgão competente para julgamento.

- A) Justiça Estadual da cidade “Y”.
- B) Justiça Federal da cidade “K”.
- C) Justiça Federal da cidade “Y”.
- D) Justiça Estadual da cidade “K”.

70. A Constituição do Estado “X” estabeleceu foro por prerrogativa de função aos Vereadores de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os Vereadores serão julgados pelo Tribunal de Justiça”. José, Vereador do Município “Y”,

pertencente ao Estado “X”, mata João, amante de sua esposa. Pergunta-se, qual o órgão competente para o Julgamento de José?

- A) Justiça Estadual de 1ª Instância;
- B) Tribunal de Justiça;
- C) Tribunal Regional Federal;
- D) Justiça Federal de 1ª Instância.

71. Tício está sendo investigado pela prática do delito de roubo simples, tipificado no artigo 157, caput, do Código Penal. Concluída a investigação, o Delegado Titular da 41ª Delegacia Policial envia os autos ao Ministério Público, a fim de que este tome as providências que entender cabíveis. O Parquet, após a análise dos autos, decide pelo arquivamento do feito, por faltas de provas de autoria. A vítima ingressou em juízo com uma ação penal privada subsidiária da pública, que foi rejeitada pelo juiz da causa, que, no caso acima, agiu:

- A) erroneamente, tendo em vista a Lei Processual admite a ação privada nos crimes de ação pública quando esta não for intentada.
- B) corretamente, pois a vítima não tem legitimidade para ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- C) corretamente, já que a Lei Processual não admite a ação penal privada subsidiária da pública nos casos em que o Ministério Público não se mantém inerte.
- D) erroneamente, já que a Lei Processual admite, implicitamente, a ação penal privada subsidiária da pública.

72. A Constituição do Estado X estabeleceu foro por prerrogativa de função aos prefeitos de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça”. José, Prefeito do Município Y, pertencente ao Estado X, está sendo acusado da prática de corrupção ativa em face de um policial rodoviário federal. Com base na situação acima, o órgão competente para o julgamento de José é:

- A) a Justiça Estadual de 1ª Instância.
- B) o Tribunal de Justiça.
- C) o Tribunal Regional Federal.
- D) a Justiça Federal de 1ª Instância

73. Acerca das disposições contidas na Lei Processual sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- A) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito a requerimento de qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal.
- B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o tribunal competente.
- C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.

74. Tendo como referência a competência *ratione personae*, assinale a alternativa correta.

A) Caio, vereador de um determinado município, pratica um crime comum previsto na parte especial do Código Penal. Será, pois, julgado no Tribunal de Justiça do Estado onde exerce suas funções, uma vez que goza do foro por prerrogativa de função.

B) Tício, juiz estadual, pratica um crime eleitoral. Por ter foro por prerrogativa de função, será julgado no Tribunal de Justiça do Estado onde exerce suas atividades.

C) Mévio é governador do Distrito Federal e pratica um crime comum. Por uma questão de competência originária decorrente da prerrogativa de função, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

D) Terêncio é prefeito e pratica um crime comum, devendo ser julgado pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado. Segundo entendimento do STF, a situação não se alteraria se o crime praticado por Terêncio fosse um crime eleitoral.

75. Em determinada ação penal privada, na qual se apura a prática dos delitos de calúnia e difamação, a parte não apresenta, em alegações finais, pedido de condenação em relação ao delito de calúnia, fazendo-o tão somente em relação ao delito de difamação. Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Ocorreu a perempção em relação ao delito de calúnia.

B) Não ocorreu perempção em relação a nenhum delito.

C) Ocorreu o perdão tácito em relação ao delito de calúnia.

D) Não ocorreu perempção, mas, sim, renúncia em relação ao delito de calúnia.

Direito Ambiental

76. Considerando a tutela do meio ambiente cultural, assinale a opção correta.

a) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

b) O tombamento, como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, pode recair em bens particulares, mas não em bens públicos.

c) Um bem somente pode ter reconhecido seu valor cultural e ser, portanto, objeto de tombamento, por via legislativa ou por intermédio de procedimento administrativo, não admitindo a legislação que o tombamento seja feito por determinação jurisdicional.

d) São bens sujeitos a tombamento os provenientes da atividade humana, como os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Os bens naturais, como os sítios arqueológicos e as paisagens naturais, não podem ser objeto de tombamento ambiental.

77. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

a) A criação de uma Unidade de Conservação (UC) não exige consulta pública, pois é competência dos órgãos executores integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente em caráter exclusivo.

b) Na demarcação de qualquer UC, deve-se considerar o estabelecimento de corredores ecológicos e zonas de amortecimento.

c) Mosaico de UCs compreende uma justaposição ou superposição, reconhecida formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, de UCs de diversas categorias, seja públicas, seja privadas.

d) Estação ecológica é uma UC de proteção integral com finalidade de preservar a biota e os demais atributos naturais, sendo vedada qualquer ingerência humana em seus limites.

78. Considere as seguintes afirmações relativas à Área de Preservação Permanente (APP), em conformidade com o Novo Código Florestal, Lei n.º 12.651/12, com as alterações da Lei n.º 12.727/12.

a) A APP pode estar coberta por vegetação nativa ou por vegetação exótica.

b) Independentemente do tipo de APP, descabe indenização ao proprietário rural que deva ter em seu imóvel tal área protegida.

c) O novo Código Florestal ocupa-se da APP em zonas rurais, não da existente nas zonas urbanas.

d) Áreas já desmatadas perdem sua característica de Área de Preservação Permanente.

Sociologia Geral e Jurídica

79. Segundo Chaïm Perelman, ao tratar da argumentação jurídica na obra *Lógica Jurídica*, a decisão judicial aceitável deve satisfazer três auditórios para os quais ela se destina.

Assinale a alternativa que indica corretamente os auditórios.

a) A opinião pública, o parlamento e as cortes superiores.

b) As partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública.

c) As partes em litígio, o parlamento e as cortes superiores.

d) As cortes superiores, os organismos internacionais e os profissionais do direito.

80. Em seu livro *Levando os Direitos a Sério*, Ronald Dworkin cita o caso *Riggs contra Palmer*, em que um jovem matou o próprio avô para ficar com a herança. O Tribunal de Nova Iorque (em 1889) julga o caso considerando que a legislação do local e da época não previa o homicídio como causa de exclusão da sucessão. Para solucionar o caso, o Tribunal aplica o princípio, não legislado, do direito que diz que ninguém pode se beneficiar de sua própria iniquidade ou ilicitude. Assim, o assassino não recebeu sua herança.

Com esse exemplo podemos concluir que a jusfilosofia de Ronald Dworkin, dentre outras coisas, pretende

- a) revelar que a responsabilidade sobre o maior ou menor grau de justiça de um ordenamento jurídico é responsabilidade exclusiva do legislador que deve se esforçar por produzir leis justas.
- b) mostrar como as cortes podem ser ativistas quando decidem com base em princípios e não com base na lei e que decidir assim fere o estado de direito.
- c) defender que regras e princípios são normas jurídicas que possuem as mesmas características e, por isso, ambos podem ser aplicados livremente pelos tribunais.
- d) argumentar que regras e princípios são normas com características distintas e em certos casos os princípios poderão justificar de forma mais razoável a decisão judicial, pois a tornam também moralmente aceitável.